



Assembleia Municipal de Odivelas

Ata nº 23/2016

ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ODIVELAS

Aos **vinte e nove** dias do mês de **novembro** do ano **dois mil e dezasseis**, pelas **vinte horas e dezoito minutos** reuniu a Assembleia Municipal de Odivelas, em **18ª Sessão Extraordinária**, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, sito na Quinta da Memória, Rua Guilherme Gomes Fernandes, em Odivelas, sob a Presidência de Miguel Filipe Pardal Cabrita, como Presidente, António Fonseca e Deolinda Martins como 1º e 2ª Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO 1 – ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO -----

PONTO 2 – PROCESSO 24/DM/2016 – SIMAR – MAPA DE PESSOAL 2017 -----

PONTO 3 - PROCESSO 22/DM/2016 – SIMAR – DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2017 -----

PONTO 4 – 14ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 3ª REVISÃO ORÇAMENTAL (EXTRAORDINÁRIA); -----

PONTO 5 – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DA EMPRESA "ODIVELAS VIVA, SA"; -----

PONTO 6 – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS AO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO E ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE; -----

PONTO 7 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO REGULAMENTO DO PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA DE ODIVELAS, QUE VEM SUBSTITUIR O ANTERIOR REGULAMENTO DO PRÉMIO MUNICIPAL DE ARQUITETURA E ESPAÇO PÚBLICO DE ODIVELAS. -----

Nos termos legais aplicáveis, realizaram-se as seguintes substituições: -----

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Rui Cabral**, pelo Membro **Luís Gameiro**;--



Assembleia Municipal de Odívelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Na bancada do **PS**, o Membro da Assembleia Municipal **Nuno Gaudêncio**, pelo seu substituto legal **Ricardo Oliveira** -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **António Pedro**, pelo Membro **João Pinto**; -----

Na bancada da **CDU**, o Membro da Assembleia Municipal **Lídia Mateus**, pelo Membro **Raquel Rodrigues**; -----

Na bancada do **BE**, o Membro da Assembleia Municipal, **João Curvêlo**, pelo membro **Paulo Sousa**;-- -----

Distribuída a folha de presenças aos Membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença dos **36** Membros da Assembleia Municipal, registando-se a ausência do membro da Assembleia Municipal **Luís Gameiro** com a falta devidamente justificada -----

A Câmara Municipal fez-se representar na Assembleia Municipal, nos termos legalmente aplicáveis, pelo **Senhor Presidente da Câmara Municipal, Hugo Martins**, e os **Senhores Vereadores** que compõem o executivo camarário, tendo-se registado as presenças dos Srs. Vereadores: **Mónica Vilarinho**, **José Esteves Paulo César** e **Edgar Valles** pela bancada do **PS**, **Rui Francisco** pela bancada da **CDU** e **Carlos Bodião** e **Ana Isabel Gomes** pela bancada do **PPD/PSD**. -----

Havendo quórum, o **Sr. Presidente da Assembleia** deu início à Reunião.-----

O **Sr. Presidente da Assembleia** deu início ao **PERÍODO DE INTERVENÇÃO PÚBLICA** -----

O **Sr. Presidente da Assembleia** informou todos os presentes que se registou 2 inscrições. -----

Humberto Restolho - falou sobre a Gestão Autárquica – árvores na Rua Francisco Sá Carneiro, que seguidamente se transcreve: -----

"Cumprimento: -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Odívelas** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

As senhoras e os senhores Deputados Municipais _____

O Senhor Presidente da Camara Municipal de Odivelas _____

As senhoras e os senhores vereadores _____

E todos os demais presentes _____

O assunto da nossa intervenção tem a ver com as árvores existentes na Rua Francisco Sá Carneiro na Ramada que é a rua de uma das fachadas dos nossos prédios da Rua José Relvas, existindo condóminos em que a sua propriedade horizontal só tem acesso a esta. _____

Faço em representação de um grupo de moradores que em reunião realizada no passado dia 7 de Novembro me indigitaram porta voz do grupo para intervir nesta assembleia. _____

As árvores em questão foram plantadas na década de 90 na altura da construção daquela urbanização. _____

Até cerca do ano de 2011 estas árvores foram acompanhadas e controladas com a realização de podas regulares que impediu o seu crescimento desordenado. _____

Daí para cá nunca mais houve poda com exceção do corte de pequenos ramos que, nalguns casos, quase entravam pelas próprias habitações. _____

Ao longo dos últimos anos diversos moradores fizeram diversas diligências na Junta de freguesia e na própria Camara sem qualquer resultado prático e sem uma resposta concreta para o problema apresentado. _____

Dos contactos mantidos por alguns moradores, no local, com técnicos da câmara, estes informaram que não podiam podar aquele tipo de árvores porque, se o fizessem, o seu crescimento seria ainda maior. _____

Na única vez que nos responderam por escrito, que seja do nosso conhecimento, informaram-nos que as vantagens da existência daquelas árvores suplantavam os inconvenientes, como se fosse legítimo alguém que ali não mora pronunciar-se sobre os mesmos. _____

Presentemente as árvores estão quase a atingir o pico dos prédios constituindo uma autentica barreira á entrada do sol resultando humidade nas habitações, lixo constante a entrar pelas janelas proveniente das referidas árvores não falando já na bicharada que impede os moradores de abrir janelas sobretudo em períodos mais quentes. Com esta situação há moradores, incluindo crianças, com doenças alérgicas que nunca as tiveram antes de para aqui morar. Isto sem falar na perda de vista que passaram a ter, em contraste cm o momento em que decidiram comprar as suas habitações, o que não é de somenos importância. _____

Pensamos que hoje é consenso geral que este tipo de árvores nunca deveriam ali ter sido plantadas. Reconhecida a situação, menos se compreende a mudança de atitude de interrupção da sua poda que, enquanto foi feita, estabilizou a situação. _____



Assembleia Municipal de Odívelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Era importante que querendo V.Ex^{as} manter aquele tipo de árvores naquele espaço publico, fosse garantido que a sua copa não ultrapassasse a quota do rés-do-chão dos edifícios que para esta rua constitui um "falso primeiro andar", evitando, desta forma, problemas aos condóminos do primeiro andar em diante. -----

Solicitamos por isso a V.Ex^{as} que se dignem dispensar a vossa melhor atenção a este assunto no sentido de rapidamente ser eliminado este calvário que afeta há vários anos os moradores desta zona. -----

Este é um assunto muito importante para este conjunto de moradores que se desejam constituir legalmente em Associação para melhor defender os seus interesses quer junto das autarquias quer de outras entidades e corporações do concelho. -----

Termino suscitando ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Odívelas que a minha intervenção seja registada em ata desta 18^a sessão ordinária desta Assembleia Municipal, pelo que enviarei oportunamente esta minha intervenção, por correio eletrónico aos competentes serviços municipais. Nesse sentido agradecia que me fosse comunicado o melhor endereço de correio eletrónico para proceder em conformidade. -----

Muito obrigado pela atenção."-----

João Galhofo - falou sobre a Gestão Municipal do Património Cultural do Concelho de Odívelas. ----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para os esclarecimentos tidos por convenientes e que seguidamente se transcrevem: ----

"Sobre a questão colocada pelo Munícipe Sr. Humberto Restolho, o Sr. Presidente leu um parecer técnico, elaborado pelos serviços competentes da Câmara Municipal de Odívelas e explicou que está a ser equacionada uma nova intervenção, tendo em consideração as pretensões dos moradores, sem descorar as questões ambientais que também terão de ser salvaguardadas. -----

Quanto à intervenção do Munícipe Sr. João Pedro Galhofo, o Sr. Presidente preferiu não se pronunciar, uma vez que o assunto em questão, será discutido na Reunião de Câmara a realizar amanhã, dia 30 de novembro."-----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu início ao **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----



Assembleia Municipal de Odiveias

PONTO 1 – ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

Presente para apreciação a "ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO", remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do nº2 do art.º 25 da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que se dá como reproduzida na pasta da presente reunião.----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Tânia Beleza, pela bancada do **PS**, proferiu uma declaração política; -----

Maria João Loya, pela bancada da **CDU**, proferiu uma declaração política que seguidamente se transcreve: -----

"Nota prévia – o período em referência de cada uma das unidades orgânicas é muito díspar, umas coincidem com o período da atividade em referência pelo PCMO, outras como o GSIC a data mais recente que é referida é de 12 de Agosto. Tendo em conta que esta é a última informação escrita do presente ano a informação prestada por esta unidade orgânica está deveras atrasada para não dizer desatualizada-----

Página 9 – nitidamente que algumas unidades orgânicas fazem há muito tempo "copy passe" de uma informação para outra. -----

"envio diário dos resumos dos principais jornais e revistas nacionais diretamente para o endereço eletrónico da Senhora Presidente e dos senhores vereadores-----

Continuamos a considerar que a informação escrita é cada vez mais descritiva. O que interessa à Assembleia Municipal, enquanto órgão fiscalizador, não são as quantidades, mas antes a qualidade das informações e trabalhos desenvolvidos para que assim possa fazer a respetiva análise política. -- São disso exemplo, como já o referimos na anterior apreciação da informação escrita, quanto, por exemplo à Proteção Civil. Que nos interessa que a 25 de agosto houve um incêndio industrial, ou que a 3 de setembro houve um incêndio em habitação que se propagou para mato? Será mais útil saber os respetivos locais. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Por exemplo é referido que houve uma situação de cadáver em habitação. Esta é uma situação relevante. -----

Estas situações são frequentes? -----

Esta em concreto foi onde? Em que circunstâncias?" -----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE** proferiu uma declaração política; -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, solicitou um pedido de esclarecimento ao executivo municipal que seguidamente se transcreve: -----

"Na rubrica – Os processos instruídos ao abrigo de autorização genérica concedida pela Assembleia Municipal na 3ª Sessão Extraordinária de 2013 (páginas 32 e 33) costumam e estar replicados nos Contratos de Prestação de Serviços (anexo I, páginas 33 e 34) e isso é normal, tendo em conta que podemos verificar as datas a que os mesmos se referem, o que não acontece neste caso pois o anexo I que menciona, por exemplo relativamente no seu número 69 e 70 (isto para não mencionar nomes) uma data que, supomos ser a do início mas não menciona a data do término do contrato. --- O primeiro, mencionado no número 69 é um Contrato de Prestação de Serviço na modalidade de Avença na área da Geotecnia para o Setor de Reconversão Urbana de Áreas Críticas, via DGOU e tem um valor de 28.800 euros. -----

O segundo tem um valor de 54.000 euros e refere-se a um Contrato de Prestação de Serviços na Área de Psicologia Forense para o Projeto SEI. -----

Gostaríamos de saber a duração destes contratos. É provável que esta informação já tenha vindo anteriormente mas o que estamos hoje a analisar e a comparar é aquilo que temos em nosso poder e é relativo a esta informação. -----

Temos igualmente um Contrato de Prestação de Serviço para Limpeza e Desobstrução de Linhas de Água no valor de 74.981 euros com a firma Triambiente - Serviços Ambientais. Lda, para o ano de 2016. -----

A pergunta que se coloca é a seguinte – Quando é que teve início este contrato? -----

Página 37 – Apoio aos Órgãos Municipais – nesta informação menciona-se o apoio a 11 reuniões das Comissões Especializadas que se realizaram no Salão Nobre, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho e visitas a Entidades Externas. -----

Gostaríamos de saber a que se refere este apoio tanto na parte das reuniões em sala como nas reuniões com entidades externas, porque, tanto quanto sabemos não há qualquer apoio segundo as instruções que temos do senhor presidente da Assembleia Municipal. Era bom que houvesse, mas não há. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten marks: a large 'X' and a signature]

Página 46 – Podemos verificar nesta informação de 16 de Agosto a 5 de Outubro que foram bloqueadas 277 viaturas nos termos do Código da Estrada o que dá uma média de 5 viaturas diárias. Pensamos que existe um erro nestes números pois segundo nos informaram a fiscalização anda muito ativa no bloqueamento de viaturas mal estacionadas. -----

Pretendíamos saber que de facto este número está correto, e estando correto, se isso se deve a uma maior consciência e responsabilidade por parte dos automobilistas que a fiscalização tenha notado ou pelo contrário se isso se deve a uma menor fiscalização. -----

Página 49 – Planeamento Urbanístico e Projetos Estruturantes – Não vamos dissecar toda a informação em nosso poder mas há uma em especial que gostaríamos de ver mais desenvolvida que é a relativa à Quinta do Espírito Santo. -----

O que é que efetivamente se vai iniciar tendo em vista a recuperação total deste edifício?

E já agora qual é o destino que se pretende dar ao mesmo daqui por uns anos quando as obras estiverem concluídas?

A exemplo do que aconteceu em Loures quando se recuperou um Solar perto dos Paços do Concelho para a Assembleia Municipal também este edifício poderia contemplar espaço e condições mais adequadas para a Assembleia Municipal. É uma sugestão que fica. -----

Por último gostaríamos de saber em linhas gerais em que é que consiste o Plano Rodoviário do Concelho e quais são as obras que estão previstas a curto e médio prazo.” -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção relativamente às árvores em Caneças. Referiu ainda que no que respeita à questão dos esgotos a correr pela via pública, já esteve no local com o Vereador José Esteves e com os técnicos da Câmara, mas que ainda aguarda uma resolução.. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, questionou o executivo relativamente às obras ou construções vão ser feitas na escola básica que permitam evitar horários duplos para substituir as salas mistas? -----

António Ramos, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: -----

“Permitam que deixe aqui uma palavra positiva no que se refere à nova apresentação dos anexos A da execução orçamental, pois permitem uma melhor e mais fácil análise e isso é de aqui enaltecer. --- Numa breve análise à execução orçamental até ao passado mês de Outubro podemos verificar que ainda não se alcançaram os valores executados em igual período do ano de 2015. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]

Os dados agora conhecidos referentes ao passado mês de Outubro no que se refere à receita continuam a apresentar alguma recuperação, no entanto apresentam ainda uma menor execução de 1,4%, mais de 700 mil euros, situando-se a receita nos 50,480 M€. -----

A contribuir para este saldo negativo a receita corrente a apresentar uma menor cobrança de 765 mil euros, em contrapartida com a receita de capital, esta sim a apresentar uma variação positiva superior aos 25 mil euros influenciada pelas Transferências de Capital. -----

De notar que a nível da receita corrente, a grande fonte da receita municipal, apenas os Rendimentos de propriedade apresentam uma execução positiva. -----

De igual modo a nível da despesa, também a despesa corrente apresenta uma menor execução de 1,4%, um pouco superior aos 600 mil euros, mas pelo contrário a Receita de Capital apresenta uma execução de realçar, numa variação positiva de 30,4%, ou seja 2,3M€. -----

A influenciar positivamente toda a despesa, a atingir já os 52,5M€, mais 3,4%, a Aquisição de Bens de Capital, mais 70,2%, 1,5M€, mas também a rubrica referente a Passivos Financeiros, mais 30,4%, 713 mil euros. -----

A uma menor receita terá que obrigatoriamente corresponder uma menor despesa. -----

Esta uma regra básica da boa gestão. -----

Boa gestão por parte dos responsáveis municipais que não poderemos deixar de aqui lembrar e enaltecer. -----

Como não poderemos deixar de aqui lembrar e mais uma vez, a recuperação da dívida municipal. -----

Dívida municipal a situar-se nos 17M€ ou 18,4M€ se considerarmos as faturas não registadas. -----

Se recordarmos que em Agosto se situava nos 20,2M€ temos uma redução na ordem de quase 1,8M€. -----

Tal deve-se em grande parte à amortização de empréstimos da CGD no montante de 696.760,39€ e da dívida Simtejo de 761.272,27€ -----

Mas se recordarmos que na Prestação de Contas de 2015 a dívida então existente se fixava nos 27,5M€ a redução neste momento ultrapassa já os 9,1M€ ou 10,5M€ se não considerarmos as faturas por registar. -----

Pois Sras., e Srs., Deputados 9,1M€ é apenas um número que não deverá ser aqui realçado. Como nós compreendemos, nem uma palavra, nem um comentário, porque a haver teria que ser para elogiar. -----

Estes números indicam-nos que é possível atingir os resultados de 2015. -----

Sr., Presidente, Sras., e Srs., Deputados, -----

Verificamos assim nesta pequena análise que mesmo com uma menor receita, os responsáveis pela Câmara Municipal conseguem cumprir todos os compromissos assumidos, seja com os fornecedores, a quem se vão encurtando naturalmente os prazos de pagamento, seja com as entidades bancárias, a



Assembleia Municipal de Odivelas

quem se antecipa o pagamento dos financiamentos obtidos, seja na política de apoios sociais, seja nas pequenas ajudas aos Municípios através da descida do IMI e do IMI familiar, seja na ajuda às empresas através da isenção da Derrama. -----

A isto chama-se boa gestão e gestão responsável. -----

E isto chama-se Câmara Municipal de Odivelas. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes, que seguidamente se transcreve: -----

"Relativamente à Quinta do Espírito Santo, o Sr. Presidente informou já ter sido lançado o procedimento, encontrando-se neste momento em fase de entrega de propostas. -----

Sobre os processos instruídos ao abrigo da autorização genérica concedida pela AMO, informou ter já dado instruções, para que os serviços aquando do levantamento dos mesmos, passem a indicar a data de início de cada contrato. -----

Quanto ao processo da Ronsecur, explicou que existe um contrato base, porém para algumas iniciativas e eventos têm que ser feitos contratos à parte, como é o caso das iniciativas com crianças, ou quando se solicita a presença da Ronsecur no Pavilhão Multiusos. -----

Relativamente ao pavilhão da Escola EB2/3 António Gedeão, informou que o processo encontra-se numa fase de análise de propostas. Prevê-se a conclusão deste processo até ao final do ano, e o arranque da obra no início do novo ano. -----

Quanto ao edifício da Rua Padre João Pinto, em Odivelas, informou que a Câmara de Odivelas preparou um dossiê sobre este assunto, e consultou o LNEC, por se tratar de uma entidade do Estado com grande credibilidade. Neste momento aguarda-se o seu parecer." -----

Pelo **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, foi solicitado ao **Sr. Presidente da Assembleia**, o uso da palavra por parte **Sr. Vereador José Esteves**, de forma a prestar esclarecimentos complementares, tendo sido concedida e que seguidamente se transcreve: -----

"Muito obrigado Sr. Presidente! Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados e demais presentes nesta reunião. Boa noite, muito rapidamente, relativamente à questão que o Sr. Deputado Luís Salmonete colocou sobre aos contratos da limpeza das linhas de água, eu não lhe vou responder neste momento com exatidão porque não tenho aqui o contrato para lhe poder dizer que "começou no



Assembleia Municipal de Odivelas

dia tal e acaba no dia tal". Ainda assim quero dar nota como é que estes procedimentos relativamente às linhas de água são feitos. Nós definimos previamente quais são as linhas de água e os respetivos troços prioritários para intervir, efetuamos a respetiva medição e é feita uma avaliação de mercado sobre o custo por metro linear de limpeza e portanto o contrato a partir do momento em que começa vai-se consumindo à medida que os troços vão sendo limpos e os metros contratados vão sendo gastos. E o que tem acontecido com relativa frequência é o contrato acabar por se consumir na totalidade antes da baliza temporal que o contrato tem. A baliza temporal é aquilo que nos permite acompanhar a execução do contrato e, em caso de algum acontecimento anormal, nós estarmos munidos de instrumentos de podermos atuar junto do adjudicatário em situação de incumprimento. Não tem sido o caso até agora. Portanto, como o Sr. Presidente disse, nós iremos pedir os contratos onde está a data de início e a respetiva baliza temporal, mas a filosofia dos contratos de limpeza de linhas de água funcionam assim, tal como por exemplo os contratos de limpeza e desmatização de terrenos que se consomem neste caso por horas contratadas. Nós contamos horas de máquinas e de pessoal e os contratos, tendo naturalmente um início e um enquadramento temporal, vão-se consumindo à medida que nós vamos usando essas horas. Já agora, se o Sr. Presidente me permite, também dois esclarecimentos muito rápidos relativos à intervenção do Sr. Deputado Armindo Fernandes, um em relação à Cova das Pias e o outro sobre a poda das árvores de grande porte. Sobre a situação do Bairro da Cova das Pias, é um facto que fomos lá, é uma situação que nos preocupa muito a todos, à Câmara Municipal, à Junta de Freguesia e aos SIMAR, não é uma situação fácil de resolver como sabe porque tem de envolver a Câmara Municipal, tem que envolver os SIMAR e tem que envolver os próprios moradores e proprietários do Bairro. Ainda assim posso-lhe dizer que neste momento está a haver trabalho relativamente à procura de uma solução para o problema do saneamento no Bairro entre os SIMAR e o Departamento de Urbanismo da Câmara, esse trabalho está a decorrer e portanto não ficou esquecido. Finalmente, e quanto à questão da poda das árvores de grande porte, que aliás envolveu uma questão que foi colocada também no período de intervenção do público, eu começo por dizer que sobre a desadequação das espécies acho que não vale a pena fazermos essa discussão hoje aqui porque seria uma discussão longa... Agora há de facto um problema que nós temos com as árvores de grande porte a partir do momento que elas se transformam em árvores de grande porte no que se refere à sua manutenção. Foi aqui dito pelo munícipe que interveio no início da reunião "ah, durante um tempo intervieram e depois deixaram de intervir"... Foi-se intervindo enquanto a árvore não tinha grande porte porque havia condições técnicas dos serviços para interviem e as intervenções até têm sido feitas quer pela Câmara quer pela Junta de Freguesia em consonância e em diálogo e articulação... Agora, quando as árvores atingem um determinado porte, e isto é válido também para a situação das árvores do Largo Vieira Caldas em Caneças, para nós termos uma intervenção de poda adequada e também preventiva de



Assembleia Municipal de Odívelas

situações de risco, nós temos que recorrer e temos recorrido aos bombeiros e à disponibilização das suas escadas elevatórias. Mas nem sempre é possível ou existe essa disponibilidade, e por isso tive já a oportunidade de abordar este assunto com o Sr. Presidente da Câmara no sentido de nós tentarmos no próximo ano, assim haja condições para isso, de podermos eventualmente através de uma prestação de serviços conseguimos ganhar uma maior e mais permanente capacidade de intervenção neste domínio, sem estarmos tão dependentes da disponibilidade de outras entidades. Disse Sr. Presidente, muito obrigado!" -----

Retomada a discussão usaram da palavra -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, solicitou um pedido de esclarecimento ao executivo municipal. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, solicitou um pedido de esclarecimento ao executivo municipal. -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, solicitou um pedido de esclarecimento ao executivo municipal relativamente ao contrato com a agência de segurança. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes e que seguidamente se transcreve: -----

"Relativamente à questão colocada sobre a Scordes, informou tratar-se de uma empresa que realiza as demolições e o emparedamento de casas, relativos à Divisão de Habitação, pelouro da responsabilidade Sra. Vereadora Ana Isabel Gomes. -----

Relativamente ao Plano Rodoviário do Concelho, informou que a CMO irá facultá-lo assim que possível. -----

Relativamente aos levantamentos arquitetónicos do Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo, por estar envolvido na ARU do Centro histórico, ter-se-á que preparar todo um processo, para alcançar os objetivos definidos na requalificação do Centro Histórico. A vontade já manifestada institucionalmente pelo Município de Odívelas na assumpção da gestão daquele monumento nacional, obriga desde já à preparação de todo um processo para posteriormente receber aquele equipamento. -----



Assembleia Municipal de Odiveelas

[Handwritten signature]

Relativamente ao centro de exposições, este tem o desgaste próprio da utilização, "estamos a falar do equipamento que já existe há cerca de 8 anos". -----

Relativamente à questão da Malaposta, afirmou que por uma questão de prudência e responsabilidade, até ser concretizada a concessão do equipamento, ter-se-ão que preparar e assegurar as atividades consignadas pelo Sr. Vereador da Cultura." -----

Pelas **21h32** foram interrompidos os trabalhos-----

Pelas **21h46** foram retomados os trabalhos -----

PONTO 2 – PROCESSO 24/DM/2016 – SIMAR – MAPA DE PESSOAL 2017-----

Presente para deliberação, o Processo 24/DM/2016 – SIMAR – MAPA DE PESSOAL", de acordo com a informação Interno nº 10337/2016, de 2016.10.20, remetida pelo Senhor Presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, de 2016-10-26, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, solicitou um pedido de esclarecimento ao executivo municipal. ---

Pelas 21h50m registou-se a saída do Membro José Pignatelli -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes e que seguidamente se transcreve: -----

"Em resposta à questão colocada, o Sr. Presidente esclareceu existirem apenas três ou quatro situações nos refeitórios, asseguradas pelo Centro de Cultura e Desporto, que se destinam a assegurar situações pontuais, nomeadamente quando um funcionário adoece, há necessidade de assegurar as refeições nas cantinas municipais." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signatures and initials]

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria, com os votos a favor das bancadas do PS, CDU e do PSD, e com a abstenção da bancada do BE** -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **Armindo Fernandes pela bancada do BE**, foi apresentada uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve; -----

Armindo Fernandes -----

"Em contraponto com o Mapa de Pessoal da CMO, que apreciámos e votámos na última assembleia, aqui a situação é apresentada de maneira mais clara e precisa, ou seja, são criados 89 novos postos de trabalho, mas, em boa parte, para reforço do quadro de operários, reforçando assim a capacidade de prestação de serviço público, enquanto que em Odivelas, aquele reforço vai noutro sentido, isto é, deixando à Câmara a porta aberta para continuar a resolver as suas necessidades com recurso ao exterior, nomeadamente, com empreitadas. -----

Esta é a diferença que justifica o nosso voto favorável." -----

Pelas 21h57m registou-se a entrada do Membro **José Pignatelli** -----

PONTO 3 - PROCESSO 22/DM/2016 – SIMAR – DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2017 -----

Presente para deliberação, o Processo 22/DM/2016 – SIMAR – DOCUMENTOS PREVISIONAIS 2017, de acordo com a informação nº10346/2016, de 2016.10.20, remetida pelo senhor presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 2ª Reunião Extraordinária da Câmara Municipal, de 2016-10-26, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----



Assembleia Municipal de Odivelas

Tânia Beleza, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Joaquim Campos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, proferiu uma declaração política; -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes e que seguidamente se transcreve: -----

"Sobre o Tarifário para 2017 dos SIMAR, apreciado na última Reunião da Assembleia Municipal de Odivelas, reiterou uma vez mais que, o Tarifário Social e Familiar não sofreu qualquer aumento, nem atualização do Índice do consumidor. O Tarifário Social tem uma maior amplitude entre os escalões 0 e 15, e está isento do pagamento das tarifas fixas. -----

Acrecentou ainda que, "este ano conseguimos melhorar essa prestação porque se encontrou um teto máximo em relação às tarifas variáveis, de 85% do valor das tarifas normais do cliente doméstico, ou seja, quem está no tarifário social, no máximo paga 85% em relação a um cliente doméstico normal. O que representa muitas famílias. Temos mais de 1000 famílias nos dois Concelhos a serem apoiadas desta forma". -----

Informou também que, os Simar irão começar uma Campanha Institucional relativa às perdas de água, e ao tarifário social, porque existe um grande desconhecimento da população nesse sentido, embora já tenham sido adotadas anteriormente, várias medidas que visam sensibilizar e informar a população, como é o caso da divulgação na própria fatura para adesão ao tarifário social." -----

O **Sr. Presidente da Assembleia**, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade** -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Tânia Beleza** e **Joaquim Campos**, do **PS** e **CDU** respetivamente, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem; -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Tânia Beleza -----

"Ainda que todos tenham lido com atenção os documentos que compõem este ponto, importa sublinhar, que a bancada do Partido Socialista regista com agrado as grandes opções do plano para 2017 de onde se destaca: -----

- Formação cultural e profissional aos seus trabalhadores; -----
- Dar continuidade ao investimento na renovação de condutas das redes de distribuição das águas, focalizando-se esta renovação no que respeita a Odivelas, na Codível, Famões e Caneças; -----
- Investimento também na renovação de contadores; -----
- Continuidade da implementação do plano de acção de recolha selectiva de resíduos urbanos e subsequente valorização; -----
- Criação de um novo balcão de atendimento em Moscavide; -----
- Investimento em tecnologias e equipamentos para melhoria dos sistemas de comunicação com os utentes. -----
- Entre outros -----

Relativamente à proposta de orçamento apresentada, é de salientar que o valor global do orçamento encontra-se (em números redondos) nos 75,716 M, a previsão das receitas é 75,491 M e as receitas de capital de 225 m -----

Do lado da despesa e no que respeita à despesa corrente, encontra-se marcada pelas despesas de pessoal, pela aquisição de água e ao tratamento das águas residuais e ainda com os custos de aquisição dos serviços de vigilância (situação esta que foi imposta). -----

As despesas de capital reflectem a melhoria das condições de abastecimento de águas às populações, a modernização e substituição da rede e o reforço da capacidade de armazenamento através de novos reservatórios. Neste seguimento regista-se a continuidade da substituição da rede de abastecimentos de Caneças, a substituição das condutas em Famões e em Odivelas.

Espelhado também no Orçamento observa-se o quadro de pessoal e a criação de 89 novos postos de trabalho dos quais resultam: -----

- 36 que se encontram atualmente assegurados com recurso a situações de mobilidade; -----
- 6 Com objetivo de consolidação de mobilidades internas; -----
- 15 Referentes a concursos iniciados no presente ano; -----
- 32 Correspondentes a postos de trabalho novos que correspondem a necessidades reais. -----

Sem prejuízo do futuro, este resultado irá concretizar-se na mudança, no crescimento, na satisfação das populações. Perante estes resultados a Bancada do Partido Socialista votará favoravelmente." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

Joaquim Campos -----

"O ano de 2017, corresponde ao 3º ano em que, os Municípios de Odivelas e Loures assumiram uma Gestão Pública Conjunta dos SIMAR, o trabalho realizado, até hoje, permite-nos antever, a continuidade dos esforços e empenhos desenvolvidos, na defesa do interesse Público, no geral, e em particular dos Direitos e Interesses da População dos dois Concelhos. -----

Assim, independentemente dos constrangimentos impostos, nomeadamente nas tarifas de água, pelas Aguas de Lisboa e Vale do Tejo, e pela EPAL, e pela VALORSUL a nível dos resíduos, antevemos; -----

Um assegurar de continuidade; -----

- ----- N
a implementação de um Sistema de Gestão de Qualidade; -----
- ----- N
a continuação, da renovação necessária das condutas de rede de distribuição de água, designadamente em Famões, Caneças e em Odivelas (Codivel) -----
- ----- N
a renovação dos contadores instalados em casa dos munícipes, bem como na instalação de contadores para uma medição e um controle mais correto, das águas consumidas, em zonas vedes, parques e Jardins; -----
- ----- N
a aplicação de melhorias, na recolha dos resíduos sólidos e na seleção variada e valorizada dos produtos recolhidos; -----
- ----- N
a aposta de formação dos Trabalhadores do SIMAR, visando objetivamente a melhoria da prestação dos serviços e a salvaguarda de um ambiente de Segurança e de redução de acidentes de trabalho. -----

Realçamos ainda que o investimento que se prevê, na área do Concelho de Odivelas, e que respeita ao reforço e substituição da rede de abastecimento de água, atinge a verba de 1.600.000,00€, Outras intervenções e verbas se encontram programadas e previstas para realização em 2017 e outras que se planificam para os anos de 2018 e 2019. -----

Naturalmente, os valores previstos, ficam aquém das necessidades do Concelho de Odivelas e também do Concelho de Loures, mas temos a certeza de que não é possível, corrigir de imediato, mais de uma dezena de anos de falta de investimentos da gestão do PS à frente do SMAS de Loures, bem como, ainda hoje, se torna difícil, lidar com as dificuldades que resultam na actual Gestão



Assembleia Municipal de Odivelas

(CDU/PS) dos SIMAR, não por opção dos dois Municípios, mas por decisões do Poder Central, que nos criam constrangimentos e estrangulamentos de vária natureza. -----

Os dois anos passados, e as previsões futuras, independentemente das dificuldades que nos são impostas, indicam que a aposta na criação dos SIMAR, com uma Gestão Pública, ao invés da sua privatização, foram e são, uma decisão correta e a única que pode defender o interesse público, e os direitos e interesses dos Cidadãos dos dois Concelhos. -----

Por tudo o que atrás foi dito, o nosso voto nestes documentos, só poderá ser o de Favorável." -----

PONTO 4 – 14ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 3ª REVISÃO ORÇAMENTAL (EXTRAORDINÁRIA) -----

Presente para deliberação, a 14ª MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL – 3ª REVISÃO ORÇAMENTAL (EXTRAORDINÁRIA), de acordo com a informação nº11182/2016, de 2016.11.11, remetida pelo senhor presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 22ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2016-11-16, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, para apresentação do ponto. -----

No âmbito do referido ponto não se registaram intervenções. -----

O Sr. Presidente da Assembleia, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os **votos a favor** das bancadas do **PS**, do **PSD** e do **CDS/PP** e com a **abstenção** da bancada do **BE** e **votos contra** da bancada da **CDU** -----

Pelo Membro da Assembleia Municipal, **José Pignatelli**, pela **bancada do CDS/PP**, foi apresentada uma **declaração de voto** que seguidamente se transcreve: -----

José Pignatelli -----

"Votei favoravelmente estes documentos ou seja a 14ª modificação orçamental bem como a 3ª revisão orçamental, ambas com carácter extraordinário, mas devo o reparo: concretizam um aumento das despesas correntes ao invés das despesas de capital. -----"



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]
[Handwritten initials]

Aliás, a revisão, a terceira do ano, acontece por causa da aquisição da totalidade das participações sociais da empresa público-privada Odivelas Viva que a Câmara Municipal terá depois de extinguir para dar cumprimento à decisão da Inspeção Geral de Finanças.” -----

PONTO 5 – PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DA EMPRESA “ODIVELAS VIVA, SA” -----

Presente para deliberação, a PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DA TOTALIDADE DAS PARTICIPAÇÕES SOCIAIS DA EMPRESA “ODIVELAS VIVA, SA”, de acordo com Proposta nº18/PRES/2016, de 2016.11.10, remetida pelo senhor presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 22ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2016-11-16, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, solicitou um pedido de esclarecimento ao executivo municipal. ---

Fernando Painho, pela bancada da **CDU** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD** proferiu uma intervenção; -----

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção; -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção onde referiu que é preciso perceber aquilo que considera erros de gestão na Malaposta. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

António Monteiro, pela bancada da CDU proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve:

“Em relação à proposta de aquisição da totalidade das participações sociais da empresa “Odivelas-Viva, S.A.” em apreciação, proposta essa que como bem sabemos foi afoitada pela própria Inspeção-Geral de Finanças, queremos, em primeiro lugar, sublinhar que não assentiremos que a mesma venha a servir, de ora em diante, para promover uma qualquer desresponsabilização política de todos aqueles que anteriormente tomaram decisões, que estiveram na génese e condução do negócio, que não defenderam os interesses do Município; em segundo lugar, que o tempo veio infelizmente dar-nos razão, corroborar a justeza das nossas posições políticas, das nossas críticas, confirmar os múltiplos alertas que fizemos sobre esta matéria, desde o primeiro momento, em 2008. -----

No início de todo o processo, todos os elementos, todas as evidências que existiam já permitiam, na altura, antever claramente que a parceria público-privada “Odivelas-Viva S.A.” se iria constituir como mais um negócio no longo historial dos negócios ruinosos das parcerias público-privadas que, há uns anos atrás, tão disseminados foram pelas autarquias socialistas de norte a sul do país. -----

A parceria público-privada “Odivelas-Viva S.A.”, baseou-se num “modelo de negócio” engendrado pela MRG e esta empresa chegou mesmo a facultar ao Município um “Guião”, que acabou por ser escrupulosamente seguido nos seus procedimentos e estrutura jurídica e financeira, tal, como de resto, sucedeu noutras autarquias (Oeiras, Alcobaça, Gouveia, Sabugal, Trancoso, Campo Maior...) que optaram pelo mesmo modelo... e os resultados, as consequências, como não poderia deixar de ser, acabaram por ser, na generalidade destas autarquias, similares. -----

As contas, os números ou montantes envolvidos falavam ou falam por si: uma escola e um pavilhão que podiam ter sido construídas por cerca de 10 milhões de euros, iriam custar à autarquia mais de 68 milhões de euros. O encargo mensal para a autarquia, por mais de duas décadas, era superior a 140 mil euros. Só em rendas a Câmara Municipal pagou até à presente data mais de 10 milhões de euros, verba essa que poderia nunca ter saído dos cofres do município ou melhor que poderia ter sido investida na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, se tivessem dado ouvidos às nossas críticas e alertas... e ainda se estima agora que a poupança resultante da proposta em apreciação até ao final do contrato com a instituição bancária se venha a cifrar em 17,5 milhões de euros. -----

Obviamente que se tratou de um negócio milionário para o privado, um negócio de milhões, com o pagamento de rendas generosas com juros astronómicos. Um modelo de financiamento, um modelo de negócio desastroso para o interesse público que lesou o concelho em muitos milhões de euros. Obviamente que é preciso, no concelho, acabar de vez com este tipo de negócios altamente favoráveis para os grupos económicos, mas ruinosos do ponto de vista do interesse público. Não nos cansaremos de lembrar que “onerar o município é onerar a população!”. De lembrar os muitos milhões de euros despendidos desmesuradamente, desde 2009, com este negócio. De lembrar que



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

este tipo de "negócio" só é possível por força de uma gestão irresponsável e incompetente do erário público. -----

Consumado, como aconteceu em 2009, com a nossa mais firme oposição, o negócio "Odivelas Viva S.A.", que desde cedo se assumiu como sendo um dos mais relevantes erros crassos da gestão PS/PSD na Câmara Municipal - que ficará como uma pesada herança desta coligação - a decisão de aquisição da totalidade das participações sociais da empresa "Odivelas Viva, S.A." já só peca por tardia!" -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção onde referiu que a CDU deixou uma dívida e a não entrega de equipamento. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção; -----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção referindo que o PSD local, vota sempre favoravelmente, pese embora as reservas que manifesta. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção relativamente às considerações feitas pelo deputado Paulo Sousa. -----

António Monteiro, pela bancada da **CDU**, solicitou um pedido de esclarecimento ao Deputado Carlos Lopes relativamente à afirmação de gestão danosa. -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, prestou esclarecimentos ao deputado António Monteiro. -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção referindo que se perdem milhões para o privado. -----

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção perguntando ao deputado Carlos Lopes se conhecia as primeiras escolas que se fizeram na Ramada. -----

Edgar Valles, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção referindo que a situação do município é muito deferente de 2008, afirmando que quadro atual é diferente. -----

José Falcão, pela bancada do **BE**, solicitou um pedido de esclarecimento. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção sobre a prestação de serviços do Pavilhão Multiusos, apresentando um requerimento e referindo que é a quarta vez que o apresenta. -----

António Ramos, pela bancada do **PS** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, solicitou um pedido de esclarecimento ao executivo municipal. -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, solicitou defesa da honra onde que referiu que a deputada Lúcia Lemos faltou à verdade, esclarecendo que o PSD votou a favor e acompanhou o PS nessa questão, não fazendo uma defesa acérrima, até porque o que está em causa são 27 mil euros para reverter os negócios. -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção respondendo ao deputado Luís Salmonete, esclarecendo que não pretendia ofender ninguém, mas que não se revê na postura adotada. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes e que seguidamente se transcreve; -----

"Quanto à questão colocada esclareceu que, será efetuado um contrato com a MRG onde o Município de Odivelas manifesta a intenção de compra das ações, e a MRG a vontade e a disponibilidade de vendê-las. -----

Depois de efetuado este contrato, todo o processo seguirá para a Inspeção Geral de Finanças, assim como para o Tribunal de Contas. -----

Concluiu afirmando que, tudo foi feito "para que a resposta seja favorável porque o erário público estará mais protegido. Se a resposta destas duas entidades for positiva, o processo terá de vir de novo à Câmara, e à Assembleia para autorizar o empréstimo bancário. É este o caminho deste processo, a partir de hoje aguardamos esta aprovação, para podermos dar continuidade ao mesmo, e podermos no futuro internalizar os serviços, ganhar com os ativos incorpóreos a que corresponde cada uma das valências quer do pavilhão quer da escola, e que passarão para a gestão direta da câmara municipal." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature and initials]

Retomada a discussão usaram da palavra -----

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, solicitou um pedido de esclarecimento ao executivo municipal. -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, solicitou um pedido de esclarecimento. -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, solicitou um pedido de esclarecimento. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes e que seguidamente se transcreve; -----

"Relativamente à questão colocada, afirmou que "quando assumirmos, se assim vier a acontecer com o parecer favorável do Tribunal de Contas, com certeza que o valor do diferencial dos trabalhos a menos e a mais, que já foram aqui ditos, e explicados, porque o pavilhão não obedecia a uma série de legislação, que se teve que implementar para obter parecer favorável por parte da federação e das associações. Houve a necessidade de fazer esse investimento, e portanto a câmara quando assumir o empréstimo assume também o diferencial que está em falta." -----

Lúcia Lemos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção em defesa da honra. -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Unanimidade** -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **António Ramos, Fernando Painho e José Pignatelli** pelas bancadas do **PS, CDU e CDS/PP**, respetivamente, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem: -----

António Ramos -----

"Odivelas Viva, SA., empresa de capitais público privados responsável pela construção do Pavilhão Multiusos de Odivelas e pela Escola EB1/Jardim de Infância do casal dos Apréstimos." -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature and initials]

Esta foi a solução encontrada para a construção dos equipamentos já citados e que na altura era importante construir. -----

Solução então prática comum, fosse a nível do governo central, fosse a níveis das autarquias, e é importante aqui lembrar, autarquias de todas as cores. -----

Solução não consensual, mas talvez a solução possível, porque não poderemos esquecer a situação de crise gravíssima que se vivia nos anos 2008 e 2009, com as enormes dificuldades de acesso ao crédito então existentes, as taxas de juro então praticadas, dificuldades coincidentes com a constituição da Odivelas Viva SA., e posterior construção dos equipamentos indicados.-----

Hoje Odivelas dispõe de um equipamento desportivo de referência na Área Metropolitana de Lisboa, o pavilhão Multiusos, como ainda este fim de semana foi possível verificar. -----

A União de Freguesias Ramada e Canegas tem ao serviço das suas crianças e respetivas famílias uma escola e jardim de infância com todas as condições, a Escola EB1/Jardim de Infância do casal dos Apréstimos. -----

Permitam-me um desafo: passados estes anos não vimos as consequências ruinosas que os chamados arautos da verdade tanto por aí anunciaram. -----

Odivelas tem sido e continua a ser apontado como Município exemplo em muitos setores, em especial na gestão financeira. -----

Ainda bem que hoje a situação nos mercados financeiros é muito diferente, veja-se que nalguns casos se praticam juros negativos, facto que permite que a CMO consiga negociar taxas bem mais baixas e faz muito bem a Câmara Municipal em renegociar o contrato que levou á constituição da Odivelas Viva SA., -----

Em análise, está a proposta de compra dos 51% em poder do parceiro na sociedade das ações em seu poder pelo montante de 27.540€20 para posterior extinção da empresa, a Odivelas Viva SA., e internalização das atividades e equipamentos no Município. -----

A par desta compra é renegociado o empréstimo da CGD em vigor a favor da Câmara Municipal de Odivelas com taxas de juro bem mais favoráveis 2% e ainda a isenção de comissão de gestão de 0,20%. -----

Com esta solução prevê-se uma poupança um pouco superior aos 900 mil euros/ano, ou na ordem dos 17/18M€ no final do prazo de amortização do empréstimo. -----

Ao contrário de outras situações a proposta apresentada pela Câmara Municipal da compra dos 51% em poder do acionista privado e consequente internalização das atribuições que a empresa prosseguia tudo indica merecer a aprovação unânime desta Assembleia. -----

Ainda bem que assim acontece. Odivelas só tem a ganhar. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature and initials]

Perante esta situação e felicitando os responsáveis municipais da CMO na pessoa do Presidente Hugo Martins por terem conseguido negociar estas condições, digamos excelentes para a CMO, a nossa posição é de total acordo com a solução encontrada." -----

Fernando Painho -----

"Oito anos após o início deste processo que estamos a apreciar vem a esta Assembleia finalmente a renegociação da PPP que esteve na origem da Odivelas Viva. -----

Este é sem dúvida um processo que se tornou paradigmático do tipo de gestão que tem sido levada por diante pelos responsáveis desta Câmara (PS/PSD). Infelizmente pelas piores razões. -----

Seria seguramente correto que os responsáveis, ao invés de tentarem agora transformar uma derrota numa vitória, ensaiassem nem que fosse ao de leve uma autocrítica. Na realidade na fundamentação da proposta que agora apreciamos não só não existe o reconhecimento de um erro grave de gestão como parece querer sugerir-se a solução como inevitável. -----

Em boa verdade a renegociação da PPP (forçada pela intervenção da IGF e não pela iniciativa do PS ou do PSD) é a terceira derrota consecutiva das políticas que têm governado o Município. Três derrotas, três desaires em matérias de significativa sensibilidade. -----

Ela segue-se à derrota na tentativa de privatização da água e resíduos e ao fecho consumado da Municipália. -----

É que, convém haver memória: nesta mesma Assembleia a então Presidente da Câmara afirmou publicamente que não tinha a menor intenção de promover um processo de renegociação. Poucas semanas depois, por iniciativa da CDU, BE e CDS realizava-se em 18-12-2014 uma Assembleia Extraordinária na qual e face à documentação recebida da IGF, a maioria aceitava finalmente que outro remédio não haveria que renegociar. -----

Fizemos então uma análise crítica de todo o processo, análise extensa e pormenorizada na qual demonstrávamos que apenas uma parcela do prejuízo provocado por este negócio poderia ser renegociada. -----

A outra parcela, a que respeitava ao empolamento de preços do parceiro privado, estava e está irremediavelmente perdida e ainda acrescida de adicionais. -----

Apoiados também no parecer da empresa consultora (BDO), estimámos que cerca de 8 milhões de euros estariam irremediavelmente perdidos. -----

Relembremos ainda que de relance os números que sustentavam esta análise: -----

Assim, vejamos equipamento a equipamento o que aconteceu: -----

ESCOLA DOS APRÉSTIMOS. -----

VALORES ESTIMADOS PELOS TÉCNICOS MUNICIPAIS: -----

CONSTRUÇÃO **2 186 028 €** -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature and initials]

ESPAÇOS EXTERIORES 829 282 €

TOTAIS

VALOR DE ADJUDICAÇÃO:

CONSTRUÇÃO 3 968 854 €

ESPAÇOS EXTERIORES 2 389 615 €

TOTAIS

DIFERENCIAL NA CONSTRUÇÃO: + 1 782 826 €

DIFERENCIAL NOS ESPAÇOS EXTERIORES: + 1 560 333 €

DIFERENCIAL TOTAL:

Registe-se, portanto, que a escola foi um valor 2,1 vezes superior ao estimado pelos técnicos municipais e os espaços exteriores são adjudicados por cerca de 3 vezes o valor estimado pelos técnicos.

Olhemos agora para o Pavilhão Multiusos

VALOR ESTIMADO PELO GAB. DE Arq. : 4 720 128 € (ANO 2000)

VALOR ESTIMADO PELOS TÉCNICOS MUNICIPAIS: 7 479 509 €

VALOR de ADJUDICAÇÃO AO GRUPO MRG : 12 009 777€

O valor da adjudicação é 1,6 vezes superior ao estimado.

Portanto e em relação ao valor de adjudicação 18,3 milhões de euros, há que concluir que cerca de 8 milhões representam, como então afirmámos, um prejuízo irrecuperável até porque ao fim dos meses contratuais e de acordo com o plano de pagamentos a construtora já tinha a totalidade do valor nos seus cofres e sem assumir qualquer tipo de risco.

Sabemos que posteriormente a MRG, também dona da maioria do capital social da Odivelas Viva apresentou adicionais às obras num valor de 1, 4 milhões o que significa que faturou cerca de 19,7 milhões de euros. Esses adicionais foram aprovados pela CMO em Dezembro de 2015.

Peço desculpa pelo resumo, isto merecia como aliás foi então feito uma fundamentação mais detalhada abordando nomeadamente a questão do comparador público e outras questões. Mas estou apenas a tentar encaixar-me nos oito minutos de que disponho.

Ultrapassada que foi a questão dos custos de construção restava então a análise dos custos de conservação e manutenção dos equipamentos em paralelo com os montantes a liquidar junto da instituição financeira e as prestações pagas pela CMO à Odivelas Viva.

Os números de que então dispúnhamos eram os seguintes:

O valor total a pagar pela Odivelas-Viva à instituição financeira rondará os 38 milhões de euros de acordo com o plano de reembolso que nos foi fornecido.

O valor total a pagar à Odivelas-Viva pela CMO pelo aluguer dos equipamentos rondará os 63 milhões. O diferencial situa-se portanto na ordem dos 25 milhões de euros.



Assembleia Municipal de Odiveelas

Retiremos a este montante os valores apresentados no plano de negócios e referentes a: -----

TOC..... 128 455 € -----

ROC..... 122 338 € -----

OUTROS FSE..... 949 117 € -----

ORDENADO ILÍQUIDO..... 126 274 € -----

TSU EMPRESA..... 29 160 € -----

SEGUROS..... 276 000 € -----

IMI..... 977 025 € -----

IMPOSTOS..... 34 500 € -----

TOTAL..... 2 642 869 € -----

Se ao diferencial de 25 milhões de euros subtrairmos estes valores ficamos com um remanescente de pelo menos cerca de 20 milhões de euros, parte significativa da qual poderia ser utilizada pelo privado para a manutenção dos equipamentos. -----

Via-se assim que o risco do parceiro privado era nulo como aliás era sublinhado pela IGF. -----

Aliás os números anteriores são no essencial confirmados pelo estudo da consultora que pretende justificar a opção de compra das acções e posterior internalização. -----

É de sublinhar que então a maioria justificava este diferencial com os custos de funcionamento. Ora agora, neste estudo estimam-se para o período total, custos de funcionamento que rondam os 620 000 €. Isto vem confirmar em absoluto a razão da nossa crítica. O problema era um falso problema.---

Dissemos então que era urgente a renegociação da PPP e previmos que com esta renegociação se poderiam minimizar as perdas e danos resultantes deste desastroso negócio para o Município de Odiveelas, mas verdadeiro negócio da china para o privado. -----

Vem agora este estudo falar em reduções de custos na ordem dos 19 milhões e o Sr. Presidente já afirmou publicamente que estimava poupar cerca de 17,5 milhões. -----

Tudo isto confirma a justeza das críticas e reparos que atempadamente fizemos. -----

Quando estudámos cenários alternativos ao modelo PPP estimámos que a redução de encargos para o Município se poderia cifrar em cerca de 30 milhões de euros.-----

Vejamos então: 9,4 milhões na construção dos equipamentos + 19 milhões na renegociação = 28,4 milhões. -----

Mesmo que não queiram os vossos números dão-nos razão! -----

A nossa posição é pois de apoio à renegociação da PPP nos termos referidos, sublinhando uma vez mais que mesmo com esta renegociação existem perdas irrecuperáveis de cerca de 10 milhões de euros." -----

José Pignatelli -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature and initials]

"Votei favoravelmente esta proposta, por ser a única alternativa à alienação de património de milhões, determinada pela Inspeção-Geral de Finanças, tudo por causa de um enorme erro de gestão desta Câmara Municipal, como expliquei na minha declaração anterior. Na realidade, somos chamados a aprovar a extinção da empresa público-privada Odivelas Viva, SA, como alternativa à deliberação da Inspeção-Geral de Finanças, anunciada em 14 de Setembro de 2014, que indicava a alienação da posição da Câmara Municipal nesta empresa por apresentar resultados negativos sucessivamente desde a sua constituição e até 2013, que totalizavam mais de 677.000 euros (677.607,86 €). -----

A Inspeção-Geral de Finanças preconizava o cumprimento da Lei 50 de 2012. -----

A Câmara Municipal não faz esta proposta, em adquirir a totalidade das participações sociais da PPP Odivelas Viva, por sua livre vontade e muito menos porque se lembrou de alterar o modelo de gestão. Antes, por ser obrigada a fazê-lo, no estrito intuito de a extinguir e internalizar o seu património e serviços. Ainda assim, tudo continua dependente do visto do Tribunal de Contas, face ao endividamento imediato, em mais de 20 milhões de euros, por transferência do empréstimo ainda por liquidar que foi feito por esta 'PPP' à Caixa Geral de Depósitos, em Setembro de 2009, no montante de 22 milhões 590 mil euros - acrescido de mais um reforço de tesouraria de 500 mil euros - com o único intuito de se pagar o custo da obra. -----

Anuncia-se o final de um trágico negócio, onde o município de Odivelas teria de pagar quase 62,9 milhões de euros só em rendas, exceptuando-se todos os outros contratemplos da própria empresa Odivelas Viva que já custaram mais de 200 mil euros apenas em juros de mora. -----

Mas como disse a Sra. Presidente da Câmara, durante a cerimónia de inauguração do Multiusos, há 6 anos, «Quando há crise temos de ser mais ousados e inovadores». Corria o dia 18 de Outubro de 2010, e prenunciava-se o sucesso. O Município de Odivelas, aparentemente sem capacidade de endividamento, fundava obra de sonho, resultante de um contrato de empreitada de quase 18,4 milhões de euros (18.368.245,64€) e que se admitia custar 62,9 milhões de euros somente em rendas que a Câmara Municipal de Odivelas tinha de liquidar à sociedade comercial Odivelas Viva. -----

Mais curioso é que o acionista privado - na sua coincidente condição de empreiteiro - foi ressarcido do investimento em 12 meses, como se refere no Plano de Pagamentos entre a Odivelas Viva e a MRG, Manuel Rodrigues Gouveia, SA. Um acontecimento que mantém uma pergunta importante que jamais foi respondida: onde foi investido o diferencial entre os valores emprestados pela 'Caixa' e o custo da obra, uma verba que ascende a 4,7 milhões de euros? -----

Ora este negócio devia ter sido repensado, logo após a entrada em vigor da Lei 50 de 2012, em 30 de Agosto, há precisamente 51 meses em vez da Câmara Municipal de Odivelas ficar entrincheirada num beco sem saída, pois ainda falta o visto do Tribunal de Contas. Para já sabe-se que estamos perto da oportunidade de poupar quase 20 milhões de euros, num universo de 64 milhões, um mal menor. Também sabemos da disponibilidade da Caixa Geral de Depósitos aceitar o pagamento dos 20, 4



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

milhões de euros até 2036, e baixar o spread de 3,25% para 2,5% ou 2% - a informação que recebemos deixa dúvidas -, eliminando todos os demais encargos." -----

PONTO 6 – PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS AO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO E ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE -----

Presente para deliberação, a PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICÍPIO DE ODIVELAS AO SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE SANEAMENTO E ÁGUAS RESIDUAIS DA GRANDE LISBOA E OESTE, de acordo com a informação nº11127/2016, de 2016.11.10, remetida pelo senhor presidente da Câmara a esta Assembleia Municipal, aprovada na 22ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal, de 2016-11-66, que se dá como reproduzida e arquivada na pasta da presente reunião. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentação do ponto. -----

No âmbito do presente ponto usaram da palavra os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção; -----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, proferiu uma intervenção que seguidamente se transcreve: --

"Não havendo a possibilidade de reverter todo o processo que conduziu à extinção da Simtejo, conforme promessa do Partido Socialista, esta parece ser uma solução mais favorável, apesar de, segundo sabemos a discussão com os municípios poderia ter sido mais aprofundada.-----

Também a solução encontrada, apesar de ser mais equilibrada contém em si mesma o eterno problema da condução do mesmo pois a Administração vai ser maioritariamente de uma entidade controlada pelo governo deixando os municípios em minoria no que respeita às decisões fundamentais.-----

E isso poderá não ser um bom pronuncio porque na fundamentação em nosso poder reconhece-se que o país tem um grave problema de défice tarifário cuja resolução não pode ser mais adiada ou ignorada.-----

Havendo um défice que não pode ser mais adiado ou ignorado o que certamente os municípios têm a esperar é um aumento do tarifário, aliás só pode ser isso.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Mais à frente vem o adoçar da pilula quando se prevê uma redução do cenário de tarifário a ocorrer nos próximos anos. -----

Quantos? 10? 20? 30?-----

É que se de facto há um défice de tarifário que não pode ser ignorado ou adiado (isto é o que está escrito na fundamentação) o mesmo só pode ser equilibrado a curto e médio prazo. -----

A não ser que haja um milagre e o governo atual que esteja atento a todos estes problemas e reponha o défice tarifário existente, o problema do défice tarifário vai subsistir a não ser que se proceda a um aumento do mesmo.”-----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, proferiu uma intervenção questionando o sentido de voto da bancada do **PSD**.-----

Luís Salmonete, pela bancada do **PSD**, reiterou o sentido de voto. -----

Carlos Lopes, pela bancada do **PS**, proferiu uma intervenção -----

Fernando Painho, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP**, proferiu uma intervenção onde referiu que corrobora com a explicação do deputado **Luís Salmonete**.-----

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, solicitou um pedido de esclarecimento. -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes e que seguidamente se transcreve: -----

“Quanto à questão colocada o Sr. Presidente afirmou que, “no último Conselho Metropolitano este ponto nem constava da ordem de trabalhos. Foi solicitado pelo Presidente da Câmara de Loures, que falássemos sobre este assunto. Dentro da Simtejo, Loures é o único Município que não concorda com esta solução, principalmente pelos seguintes aspetos, o primeiro aspeto é ao nível da representação política, nos órgãos dos municípios. O segundo aspeto é que pretende que os Municípios tenham a maioria do capital social, e o terceiro é que algumas decisões, têm que ser deliberadas por maioria qualificada, isto é, pedidos de empréstimos bancários, planos de investimento, orçamentos, investimentos superiores a 5 milhões de euros, foi isso que aconteceu”. Referiu também que, “a



Assembleia Municipal de Odivelas

Sanoeste é quem maiores reclamações tem, ainda está a tentar melhorar este documento, para um documento mais favorável para os municípios". -----

Concluiu afirmando que, neste momento, o que se pede aos Municípios, "é celeridade na aprovação destes documentos, quer na Câmara quer na Assembleia, para dia 12 haver a decisão, e para que no dia 1 de janeiro este sistema entre em funcionamento em pleno. Se o acordo Parassocial for mudado, com certeza que terá de vir à Câmara e voltar aqui, e com certeza que ainda será mais vantajoso para Odivelas". -----

O tarifário é superior àquele que havia na Simtejo, mas é inferior ao que existe atualmente nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo." -----

Pelo **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, foi solicitado ao **Sr. Presidente da Assembleia**, o uso da palavra por parte **Sr. Vereador José Esteves**, de forma a prestar esclarecimentos complementares, tendo sido concedida e que seguidamente se transcrevem; -----

*"Muito obrigado Senhor Presidente, vou tentar ser rápido e claro relativamente a esta questão.-----
Relativamente à questão prévia, que é o processo formal, apenas dar nota disto: o Governo delegou no Grupo Águas de Portugal a negociação com os Municípios relativamente à reversão da agregação levada a cabo pelo anterior Governo, sempre com a participação de membros do Governo da área, e, portanto, aquilo que o Ministério do Ambiente agora nos colocou para apreciação e pronunciamento, da Câmara e da Assembleia Municipal, é o resultado final do processo negocial ocorrido. Isto é, independentemente de poderem estar ainda a haver ou não negociações que possam vir a trazer melhorias ao Acordo Parassocial já alcançado no referido processo negocial, a verdade é que nós estamos confrontados pelo Governo com o decorrer do processo formal de adesão ao sistema e à respetiva entidade gestora, e é nesse processo que nós estamos aqui. Sem prejuízo, como o Senhor Presidente disse e bem, de, se ainda vierem a haver ganhos para os Municípios ao nível do Acordo Parassocial, nós obviamente acolhermos com todo o gosto e com todo o prazer essas melhorias. Dizer também que, relativamente à questão do défice do tarifário, esse é exatamente um dos 3 motivos por que não houve a reversão total e direta para aquilo que eram as anteriores entidades gestoras, no nosso caso a SIMTEJO. Outro motivo tem a ver com o facto de a EPAL, com o beneplácito do anterior Governo, enquanto entidade gestora do sistema de saneamento das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, ter tomado muitas decisões relativas à vida efetiva das anteriores entidades gestoras que neste ano desapareceram que, na prática, inviabilizaram esse retorno às origens, pois houve sedes que desapareceram, houve pessoas que foram recolocadas, houve pessoas que foram afastadas e, portanto, a realidade dos sistemas multimunicipais anteriores à Águas de Lisboa e Vale do Tejo era neste momento, do ponto de vista prático e efetivo, impossível de replicar. O terceiro*



Assembleia Municipal de Odivelas

motivo, e naturalmente o mais relevante e decisivo, teve a ver com a opção estratégica definida pelo atual Governo para esta área, e que desde o primeiro momento foi expresso nas reuniões em que participei logo desde a sua posse sobre esta matéria, quer enquanto Vereador desta Câmara Municipal, quer enquanto representante deste Município na Associação dos Municípios para os Estudos e Gestão da Água (AMEGA), dado ser este um assunto que desde o início preocupou os Municípios, até pela oposição que tiveram ao anterior processo de agregação, que incluíram diversas ações judiciais. O Governo deixou sempre claro que, no seu programa e nos seus objetivos neste domínio, o que estava em causa com esta reversão, que era também para si uma prioridade também, era reverter aquilo que tinha sido a anterior criação de sistemas multimunicipais sem qualquer lógica ou coerência ao nível da sua própria conceção, e que no caso daquele que tem a ver com o nosso Município era completamente abstruso, pois trata-se de um sistema e de uma entidade gestora que incluíam realidades tão diferentes e tão distintas, e que abarcava uma abrangência territorial que ia desde a Área Metropolitana de Lisboa, o Oeste e a Península de Setúbal até à Beira Alta, à Beira Baixa e ao Alto Alentejo, tudo metido no mesmo sistema, mas com buracos ali no meio como se fosse um queijo porque havia Municípios que estavam fora, e contextos, com pontos de partida completamente diferentes, quer nas respetivas realidades, quer nas anteriores formas de gestão, um processo, repito, completamente abstruso e sem qualquer lógica entendível que o pudesse suportar. Portanto, a ideia era fazer a reversão desse caminho que tinha sido iniciado e que não tinha qualquer lógica do ponto de vista da gestão nem benefício para as populações, especialmente para as que eram anteriormente abrangidas por sistemas que já tinham um historial e que tinham ganho a capacidade de uma gestão sustentada, como era o caso daquele que o Município de Odivelas integrava. Mas essa reversão partia de dois pressupostos; primeiro, o reconhecimento de que o País tem um problema grave de défice de tarifário que não pode continuar a adiar e a agravar; o segundo pressuposto é que, pese embora a SIMTEJO tivesse já alguma dimensão, era desejo do Governo que estas novas entidades, até tendo em vista a intenção futura de que estes novos sistemas multimunicipais possam, a médio ou a longo prazo, vir a fazer a gestão de todo o ciclo da água e não apenas do saneamento como estamos neste momento ainda aqui a tratar, dar a estas novas entidades uma dimensão crítica e de gestão que seja também compatível com esses objetivos. E é exatamente por isso, e obedecendo ao primeiro pressuposto, e ao contrário do que foi aqui dito, que a questão do défice tarifário não vai ser adiada, vai ser tratado desde já, da forma que vou explicar: este novo sistema multimunicipal, ao contrário por exemplo das Águas do Norte já estão criadas e noutras zonas do País, em que foi definido um período de convergência tarifária de apenas 5 anos, o Governo tendo a noção de que esta realidade da Grande Lisboa era especialmente complexa, definiu um período de convergência tarifária não de 5 anos mas de 10 anos, um período mais alargado para que, ao longo de um período maior, o encontro de tarifas visando a resolução do problema do défice



Assembleia Municipal de Odivelas

tarifário através de uma coisa a que o Governo chama componente tarifária acrescida, que mais não é do que um mecanismo de solidariedade que permite a compensação e a manutenção do equilíbrio financeiro da futura Águas do Vale do Tejo pela saída destes Municípios que vão constituir este novo sistema multimunicipal. Ou seja, será através desta componente tarifária acrescida se tornará possível que a futura Águas do Vale do Tejo não seja prejudicada naquilo que foi o equilíbrio tarifário criado para os sistemas deficitários do interior, para que não se agrave o défice tarifário existente. E foi exatamente aqui que se alcançou uma das grandes conquistas para os Municípios neste processo negocial, designadamente no que se refere à forma como é esta componente tarifária acrescida ia ser suportada e por quem. Os Municípios sempre afirmaram nas negociações que estavam disponíveis para participar nesse esforço de solidariedade, mas afirmaram igualmente que não estavam naturalmente disponíveis para o suportar sozinhos pois este é um problema nacional, do País, e por isso, entendemos que este é um esforço em que o próprio Governo teria também participar. E ficou definido que a componente tarifária acrescida seria repartida entre os Municípios e o Governo, através do Fundo Ambiental. No entanto, num primeiro momento, a intenção do Governo era que o Fundo Ambiental comparticipasse neste esforço apenas durante os primeiros 5 anos, o que mereceu a pronta discordância dos Municípios. Explicámos ao Governo algo que nos parecia razoável: se este foi considerado pelo próprio Governo um processo de especial de complexidade, ao ponto de inclusivamente ter definido um período de convergência tarifária de 10 anos, era para nós lógico que a comparticipação do Governo no esforço de solidariedade acompanhasse também esses dez anos e não apenas durante metade do tempo. E o Governo acabou por vir ao encontro dos Municípios nessa comparticipação, de tal forma que ficou definido que, neste período de dez anos, a taxa de convergência tarifária máxima que será suportada pelos municípios será 3 cêntimos, sendo o restante suportado pelo Fundo Ambiental. Assim, e concretizando, a evolução tarifária neste novo sistema vai-se processar nos próximos 10 anos da seguinte forma: em 2015, a tarifa de saneamento praticada pela SIMTEJO era €0,4545/m³; no ano em curso, 2016, a ERSAR impôs um aumento no âmbito das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, passando a tarifa de 0,4545/m³ para € 0,4999/m³, que é aquilo que estamos a pagar neste momento; a tarifa limpa prevista no final do período de convergência tarifária, ou seja, em 2026, é de €0,4290/m³, isto é, inclusivamente inferior aos €0,4545/m³ que tínhamos na SIMTEJO o ano passado, sendo que a estes €0,4290/m³ acrescerá, no limite, para além das atualizações da inflação como é normal, apenas mais 3 cêntimos. Isto é, no limite, ficaremos a pagar €0,4590/m³ quando neste momento pagamos €0.4999/m³. Portanto, mesmo com a componente tarifária acrescida de solidariedade para neutralizar o défice tarifário nas Águas do Vale do Tejo com a saída destes Municípios que irão formar este novo sistema, há um processo de descida linear da tarifa ao longo destes 10 anos em virtude da comparticipação do Governo através do Fundo Ambiental neste esforço de solidariedade. Duas notas finais, que creio serem muito relevantes desde



Assembleia Municipal de Odiveelas

[Handwritten signature and initials]

já, independentemente daquilo que vier a ser a eventual melhoria do acordo parassocial, no que se refere ao reforço da participação dos Municípios: os Municípios voltam à gestão do sistema em que são acionistas, mas também clientes obrigatórios, através da sua participação ativa no órgão de gestão, o Conselho de Administração depois neste aspeto, até com ganhos efetivos em relação ao que acontecia na SIMTEJO, porque na SIMTEJO todos os Administradores executivos eram das Águas de Portugal e os não Executivos eram todos dos Municípios, e agora os Municípios pelo menos têm já garantido um Administrador executivo, para além dos 2 não executivos, e os das Águas de Portugal, quatro, metade são executivos e metade são não executivos; mais relevante ainda, e isso já está conquistado e está nos documentos que os senhores deputados puderam analisar e apreciar, é a salvaguarda para os Municípios caso as Águas de Portugal em algum momento decidam alienar a sua posição contra a vontade dos Municípios, situação em que o Acordo Parassocial neste momento estipula a obrigatoriedade de as Águas de Portugal terem previamente de colocar à consideração dos Municípios a venda a estes de 3% das suas ações, permitindo assim aos Municípios passarem a deter a maioria do capital social da nova entidade gestora, a Águas do Tejo Atlântico, ou então, se os Municípios assim o entenderem, a aquisição da totalidade da participação das Águas de Portugal, ficando neste caso detentores da totalidade do capital social da sociedade. Ou seja, esta é uma garantia acrescida de proteção dos direitos dos Municípios e da manutenção desta nova entidade gestora na esfera pública que foi conquistada também neste processo negocial. Portanto, e com o devido respeito por opiniões diversas, naturalmente legítimas, naquilo que é a defesa da garantia dos direitos dos Municípios, o que se conseguiu neste processo, mesmo na fase em que já estamos, é um evidente e indesmentível reforço de garantias, não apenas em relação à realidade abstrusa que temos atualmente nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo, porque aí a melhoria é brutal, mas nalguns aspetos até em relação à própria realidade que tínhamos na SIMTEJO anteriormente! Disse, Senhor Presidente." -----

Retomada a discussão usaram da palavra -----

José Pignatelli, pela bancada do **CDS/PP** proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Armindo Fernandes, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção que será convertida em declaração de voto -----

Luis Salmonete, pela bancada do **PSD**, solicitou um pedido de esclarecimento perguntando se a taxa de saneamento irá sofrer aumentos.-----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

Paulo Sousa, pela bancada do **BE**, solicitou um pedido de esclarecimento. -----

Joaquim Campos, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção -----

Pelo **Sr. Presidente da Assembleia Municipal** foi dada a palavra ao **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, para apresentar dos esclarecimentos tidos por convenientes e que seguidamente se transcreve: -----

"Relativamente ao tarifário apresentou as Srs. Deputados Municipais um quadro elucidativo do mesmo e afirmou ter-se conseguido inverter o ciclo de aumento, expectável ao longo dos últimos 10 anos. -----

Explicou que, "o Sr. Ministro do Ambiente enviou-nos uma proposta para sufragarmos na Câmara e na Assembleia Municipal. Não nos disse que estava em negociações com quem quer que seja. Aquilo que sabemos, porque eu estava no conselho metropolitano, é que Loures estava a tentar melhorar a proposta em reuniões com o Secretário de Estado do Ambiente Carlos Martins, e foi confrontado pelo Presidente Basílio Horta, porque também os Municípios da Sanoeste, queriam melhorar a proposta de contrato. -----

Não temos nenhuma informação oficial de que estão a realizar-se negociações, não temos nenhuma informação da parte do Sr. Ministro que isto pode ser alterado, e temos que cumprir o nosso papel. Se tivermos um melhor acordo Parasocial, com certeza que virá aqui à Câmara, agora nunca nos dirão que boicotámos ou que impedimos que os documentos fossem votados até ao dia 1 de janeiro". -----

Retomada a discussão usaram da palavra -----

Presidente da União de Freguesias Ramada/Caneças, **Ilídio Ferreira**, pela bancada da **CDU**, proferiu uma intervenção. -----

Pelo **Sr. Presidente da Câmara Municipal**, foi solicitado ao **Sr. Presidente da Assembleia**, o uso da palavra por parte **Sr. Vereador José Esteves**, de forma a prestar esclarecimentos complementares, tendo sido concedida e que seguidamente se transcrevem; -----

"Muito obrigado Sr. Presidente! Apenas acrescentar duas coisas muito rápidas. Em primeiro lugar, dizer o seguinte: nós, na sequência daquilo que foi o trabalho efetuado pelo Grupo de Trabalho



Assembleia Municipal de Odiveelas

constituído no âmbito das Águas de Portugal com a participação de todos os Municípios envolvidos para tratar o processo da revogação das agregações levadas a cabo pelo anterior Governo no setor das águas, e dos documentos que aí foram produzidos, fomos notificados pelo Ministério do Ambiente para nos pronunciarmos formalmente sobre o processo em curso de constituição do novo Sistema Multimunicipal de Saneamento de Águas Residuais da Grande Lisboa e Oeste e da respetiva entidade gestora, a Águas do Tejo Atlântico, independentemente das eventuais negociações que possam estar ainda a decorrer à margem da atividade do referido Grupo de Trabalho. Ou seja, recebemos da parte do Sr. Ministro os documentos em apreciação para pronúncia formal e oficial, sem que posteriormente nos tenha sido comunicada qualquer informação de que o processo tenha sido suspenso na sequência dessas eventuais negociações que ainda possam estar a decorrer. Desta forma, e do ponto de vista formal, o processo está a decorrer e é nesse contexto que a Câmara Municipal aqui traz à Assembleia Municipal os referidos documentos para apreciação e formulação da pronúncia formal do Município de Odiveelas nos termos da Lei. E recorro aqui também a intenção expressa do Governo no sentido do processo legislativo de criação deste novo sistema multimunicipal e da respetiva entidade gestora estarem concluídos a tempo de que a lei da respetiva constituição possa entrar em vigor já no próximo dia 1 de janeiro de 2017! E repito aquilo que o Sr. Presidente da Câmara já aqui disse na sua intervenção de que este processo de pronunciamento formal não é impeditivo que, caso venham a existir efetivos ganhos adicionais de garantias acrescidas da participação e de proteção dos direitos dos Municípios nas negociações que possam ainda estar a decorrer, eles sejam por nós acolhidos com o maior agrado e entusiasmo. E não há aqui qualquer questão de ganharmos por omissão, até porque é bom deixar perfeitamente claro que as questões que estão neste momento ao que parece a ser colocadas por alguns municípios nunca o foram no tempo próprio colocadas no âmbito do funcionamento do Grupo de Trabalho e tiveram essa oportunidade porque estavam representados. E teriam sido nesse caso oportunamente debatidas e tratadas como o foram todas as outras que foram colocadas na mesa das negociações por todas as partes que participaram no processo negocial ocorrido. Portanto são questões que se colocaram à posteriori do processo negocial formal. Mas, como sempre afirmei no referido Grupo de Trabalho, o processo só está fechado quando estiver concluído do ponto de vista legislativo e publicado, e se for possível ainda aos municípios terem nesta fase melhores condições e mais garantias que protejam a sua participação e os seus direitos no novo sistema e na respetiva entidade gestora eu ficarei muito feliz com isso e creio que todos o acolheremos com natural satisfação. Finalmente, e para concluir, quanto à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Armindo Fernandes sobre os documentos que teriam sido pedidos e cuja entrega terá sido adiada, quero-lhe dizer o seguinte: é verdade que nem sempre os documentos nos foram entregues à velocidade que nós desejávamos ou pretendíamos; mas se isso é verdade, é igualmente verdade que enquanto não tivemos os documentos necessários



Assembleia Municipal de Odiveelas

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

e não tivemos a informação que considerávamos em cada momento indispensável para avançarmos no processo negocial, o processo também não avançou nessas áreas. Só avançamos em cada momento e em cada aspeto da negociação quando dispusemos da informação que entendemos necessária para o efeito. E esta é a verdade! Disse, Sr. Presidente! -----

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal, colocou o documento à votação tendo sido **Aprovado por Maioria**, com os votos a favor das bancadas do **PS**, do **PSD** e do **CDS/PP** e com a **abstenção** da bancada do **BE** e votos contra da bancada da **CDU** -----

Pelos Membros da Assembleia Municipal, **Armindo Fernandes e José Pignatelli**, pelas bancadas da **CDU** e **CDS/PP**, respetivamente, foram apresentadas **declarações de voto** que seguidamente se transcrevem: -----

Armindo Fernandes -----

"Entendemos que este processo não se encontra concluído, pelo que não reúne as condições ideais para ser posto à apreciação desta Assembleia, uma vez que ainda decorre o processo negocial, pelo que é extemporâneo trazer este assunto a votação. É como se estivéssemos a por "o carro á frente dos bois", e isso não nos parece correto. -----

Achamos que não é oportuno estar a dizer que aceitamos o documento que nos está a ser proposto, se considerarmos ainda que a proposta de Decreto-Lei do Governo, pouco ou nada altera, quando comparada com a proposta do PSD, em relação ao preço das tarifas da água. -----

Sabemos que ao longo deste processo foram pedidos documentos importantes à tutela pelo Grupo de Trabalho, mas a sua entrega foi sucessivamente adiada. -----

E porque há efetivamente negociações a decorrer com alguns municípios, podendo surgir novas propostas, socialmente mais vantajosas, seria desejável que este processo tivesse esperado pelo seu final para uma melhor e mais correta avaliação. -----

Pelo exposto e mesmo considerando alguma evolução na proposta apresentado, em relação à anterior, não a podemos votar favoravelmente." -----

José Pignatelli -----

Todos sabemos que o tratamento das águas residuais têm custos. O mesmo se passa com os lixos. É evidente que o Sr. deputado Luís Salmonete, do PSD, acaba de abordar realidades inquestionáveis. Por exemplo, há dias fui brindado com uma factura de água do valor de 48,43 euros, mas desse valor apenas 19,02 euros correspondem à água verdadeiramente consumida. Todos os euros restantes são taxas, sendo que 1,16 euros são de IVA. -----



Assembleia Municipal de Odivelas

[Handwritten signature and initials]

Teremos de questionar a justeza destes tributos, tanto mais que em Portugal a reciclagem de resíduos sólidos é das mais baixas entre os países da União, apenas de 40%, ficando cerca de 60% dos lixos, principalmente os orgânicos, com destino aos aterros. E verifiquemos o que se passa na Suécia e na Noruega onde apenas se deixam sem reciclagem 1,2% de todos os resíduos sólidos. — Quanto ao futuro deste sistema multimunicipal concordo com a explicação do deputado Luís Salmonete, que aliás é um eleito desta Assembleia Municipal dedicadíssimo a este tema e preocupado com as opções políticas tomadas a este propósito, independentemente das questões estritamente político-partidárias. É mesmo um estudioso destes assuntos e tenta antever o que sucederá, revelando isso mesmo nas reuniões da Comissão de Planeamento e Ordenamento do Território e Ambiente que coordena. —

No essencial quero expressar a minha convicção de que já pagamos bem pelos serviços quer do saneamento, quer dos lixos. Ainda assim, teremos de atender aos problemas da sustentabilidade e de quem, no concelho de Odivelas, ainda temos áreas urbanas e com características mais rurais sem saneamento. Recordo algumas habitações da Serra Dona Laura e de ter pisado águas oriundas de fossas naquele e em outros bairros. —

Teremos de ter melhores serviços, bem geridos e com custo justo. Hoje, pagamos pela taxa de saneamento 0,4995 euros por metro cúbico, no ano passado pagávamos 0,4545 euros e, daqui a 10 anos – em 2027 – prometem-nos uma taxa de 0,4590 euros, resultante de uma taxa limpa de 0,4290 euros. —

Pergunta-se: podia ser melhor? Talvez! São estimativas que se esperam estar acertadas. Aguardemos. —

Hoje, é o melhor que nos propõem e que garante uma gestão participada pelos municípios. Por isso, votei favoravelmente esta proposta.” —

Dado o adiantado da hora pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal foi posta à votação a passagem do restante ponto para a próxima Sessão da Assembleia, tendo sido aprovado por unanimidade —

*Nada mais havendo a tratar, o **Sr. Presidente da Assembleia** declarou encerrada definitivamente a Sessão pelas 00h37m, dela se tendo lavrado Minuta, a qual, depois de lida pela 2.ª Secretária e aprovada pela Assembleia, foi assinada pelo 1.º Secretário, pela 2.ª Secretária e pelo Senhor Presidente —*



Assembleia Municipal de Odiveelas

[Handwritten signature]

O Senhor Presidente: _____

O 1º Secretário: _____

A 2ª Secretária: _____